

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE POSSE**

**ANÁDIA BINDA**

**ÁUREA DA SILVA ALMEIDA**

**LUCIANA EVELIN INÁCIO ALVIM DE REZENDE FRAGA**

**GRAMÁTICAS: NORMATIVA E DESCRITIVA**

**ABORDAGEM DAS GRAMÁTICAS DESCRITIVA E PRESCRITIVA DA LÍNGUA  
NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-FUNCIONAL**

**POSSE - GO**

**NOVEMBRO/ 2011**

ANÁDIA BINDA

ÁUREA DA SILVA ALMEIDA

LUCIANA EVELIN INÁCIO ALVIM DE REZENDE FRAGA

## **GRAMÁTICAS: NORMATIVA E DESCRITIVA**

### **ABORDAGEM DAS GRAMÁTICAS DESCRITIVA E PRESCRITIVA DA LÍNGUA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-FUNCIONAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Comunicação e Letras da Universidade de Goiás – Unidade Universitária de Posse, para obtenção do título de licenciada em Letras-Português/Inglês. Orientador (a): Prof<sup>ª</sup>. Esp. Sara Maria Souza

**POSSE - GO**

**NOVEMBRO/ 2011**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE POSSE**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – MONOGRAFIA**  
**DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE MONOGRAFIA**

---

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Autoras:**

**ANÁDIA BINDA**

**ÁUREA DA SILVA ALMEIDA**

**LUCIANA EVELIN INÁCIO ALVIM DE REZENDE FRAGA**

**Título: GRAMÁTICAS: NORMATIVA E DESCRITIVA**

**ABORDAGEM DAS GRAMÁTICAS DESCRITIVA E PRESCRITIVA DA LÍNGUA  
NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-FUNCIONAL**

Monografia defendida e aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Com NOTA \_\_\_\_ (     ), pela comissão julgadora:

---

**Orientador: Prof. Esp. Sara Maria Souza**

---

**1º. Examinador: Prof. Rosana Maria da Silva Tonhá**

---

**2º. Examinador: Prof. Mary Luci de Oliveira Lunezzo**

---

---

**Profª. Esp. Doralice Santiago**  
**Coordenadora do Curso de Letras-Português/Inglês**

---

---

**Profª. Msc. Jane Adriane Gandra**  
**Coordenadora de Monografia**

Dedicamos este trabalho aos profissionais comprometidos com a educação. (Anádia, Áurea e Luciana Evelin)

A Deus, por ser nossa fortaleza. (Anádia, Áurea e Luciana Evelin)

Aos nossos pais, pela nossa vida. (Anádia, Áurea e Luciana Evelin)

Aos nossos esposos, por iluminarem os nossos dias. (Anádia, Áurea e Luciana Evelin)

A meus filhos, razão de minha existência.  
(Luciana Evelin)

“(…) ao ensino de língua portuguesa, em todos os níveis, a preocupação básica deveria levar o aluno não apenas ao conhecimento da gramática de sua língua, mas \_ sobretudo\_ ao desenvolvimento da capacidade de refletir, de maneira crítica, sobre o mundo que o cerca e, em especial, sobre a utilização da língua como instrumento de interação social”. (KOCH Argumentação e Linguagem, 1996, p. 17).

## AGRADECIMENTOS

A Prof<sup>a</sup>. Orientadora, pela dedicação em todas as etapas deste trabalho.

A minha família, pela confiança e motivação.

Aos amigos e colegas, pela força e incentivos.

Aos professores e colegas de curso, pois juntos trilhamos uma etapa importante de nossas vidas.

Aos profissionais entrevistados, pela concessão de informações importantes para a realização deste estudo.

A todos que, de algum modo, colaboraram para a realização e finalização deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como objetivo apresentar um panorama da Língua Portuguesa no universo em recorte numa perspectiva histórico-funcional, mediante uma abordagem diacrônica e sincrônica do uso Linguístico. O segundo momento consistirá na análise e cômputo dos dados obtidos através de pesquisas de campo na Instância em foco (6º período do ensino médio - 3ª série do Ensino Médio), no tocante ao uso ou não da gramática normativa e descritiva em sala de aula. A opção por esse estudo deve-se à nossa inquietação frente à tentativa de buscar mecanismos para entender a existência da não aplicabilidade e desmotivação por parte do emprego da gramática descritiva na sala de aula, mas reconhecendo a importância da normativa. Para a obtenção dos dados, realizou-se uma pesquisa de campo, pautada na análise de dois questionários constituídos de perguntas objetivas feitas a 25 (vinte e cinco) alunos do ensino médio e a 5 (cinco) professores de Língua Portuguesa.

**Palavras-chave:** gramáticas normativa e descritiva, diacronia e sincronia da Língua Portuguesa.

## **ABSTRACT**

This monograph aims to present an overview of the Portuguese Language in the universe in a historical perspective cut-functional by a synchronic and diachronic approach to linguistic language in use. The second stage consists in the analysis and calculation of data obtained through field research in Instance in focus (6th period of the school-3rd grade of High School), regarding the use or not use of normative and descriptive grammar in the classroom. The choice of this study is due to our concerns forward to trying to find mechanisms to understand the existence of non-applicability and lack of motivation by the use of descriptive grammar in the classroom, but recognizing the importance of normative. To obtain the data, we carried out a field survey which started with the analysis of two questionnaires: 25 high school students and 5 Portuguese teachers, where it consisted of a series of objective questions.

**Keywords:** normative and descriptive grammars, diachronic and synchrony of the Portuguese language.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1 - Gramática: visão diacrônica</b> .....	11
1.1 - Fundamentação Histórica: Uma abordagem diacrônica da gramática .....	11
1.2 - Conceituações: Normativa e Descritiva .....	20
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2 - Aplicabilidades das gramáticas</b> .....	25
2.1 - Normativa e Descritiva.....	25
2.2 - Sincronia atual.....	29
<b>CONCLUSÃO</b> .....	39
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	41
<b>ANEXOS</b> .....	42

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho científico de conclusão de curso direcionar-se-á a preocupação de que se institua um tratamento escolar mais científico e sistematizado das atividades de linguagem em consonância com o conhecimento assistematizado e nesse sentido muito especificamente das atividades ligadas à gramática de língua materna. Assenta-se a necessidade de uma gramática escolar que não apenas contemple uma classificação de palavras e um elenco de funções, mas que, legitimada pela sua relação com o uso efetivo da língua, dê conta dos usos correntes atuais, não perdendo de vista o natural e eficiente convívio de variantes no uso linguístico, incluída nessas a norma tradicionalmente considerada padrão.

É de grande valia ressaltar que se concentram também aspectos relacionados à história da gramática bem como a sua origem; os diversos tipos de gramáticas, como é promovido o seu ensino hoje; sua importância e quais as melhores metodologias a serem empregadas para que ocorra uma aprendizagem realmente significativa e consolidada.

Com um enfoque diferente da gramática tradicional, que se volta quase exclusivamente à classificação gramatical (morfológica e sintática), este trabalho não tem como propósito incitar ou propor a eliminação deste tipo de conteúdo, mas, sobretudo de redimensioná-lo no ensino de linguagem de forma a incluir uma série de outras atividades com a língua, que levem à aquisição de noções de maior importância, tais como enunciado, texto e discurso; intencionalidade linguística; o papel da situação de produção na construção do sentido dos enunciados; preconceito linguístico; variedades linguísticas; semântica; variações de registros.

É notório que o interesse desta pesquisa visa à valorização e o reconhecimento da existência plural e diversa da língua portuguesa como norte para análise. Percebe-se que na atual conjuntura a língua padrão não tem sido um fator de integração social e que, em detrimento de uma política pejorativa de dominação pelo uso linguístico, exclui, discrimina e segrega. Fato que merece destaque dentre as problemáticas discutidas pelos estudiosos da Língua Portuguesa.

Espera-se que o aluno deixe de ser capaz apenas de descrever a língua, particularmente no que se refere às normas da variedade padrão, e passe efetivamente a operar a língua como

um todo, isto é, a apropriar-se dos seus recursos de expressão, orais e escritos e utilizá-los de forma consciente e crítica.

Muito se tem discutido sobre os problemas das aulas de Língua Portuguesa, em específico sobre o porquê dos programas de ensino não funcionarem bem. Isso talvez ocorra porque, apesar de existirem estudos inovadores, a prática ainda seja antiga, ou seja, as mesmas aulas conservadoras com atividades fundamentadas apenas na gramática normativa. Nota-se que o estudo da Língua Portuguesa sempre esteve baseado no estudo da gramática padrão e essa por sua vez tornou-se um termômetro medidor de “status”, pois quem não se comunica utilizando-se da norma padrão é discriminado. Diante do pressuposto, o interesse deste trabalho consiste em averiguar o quanto o ensino da Língua Portuguesa nas escolas contribui para a criação dessas lacunas sociais discriminatórias.

Visto que se deve instigar os estudantes e oportunizar-lhes o contato com esta esfera em foco, é necessário viabilizar a aquisição de conhecimentos capazes de desenvolver nos alunos as habilidades de articulação, intervenção e opinião frente às distintas realidades e situações do cotidiano.

Para a realização do presente trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica em diversos livros que tratam do assunto, baseando-se nos estudos feitos pelos estudiosos da Língua Portuguesa, bem como da Linguística. Houve ainda, análises verossímeis paralelas as diversas realidades na observância dos alunos no decorrer das práticas em sala de aula durante o estágio, ou seja, os próprios alunos serviram de análise para a comprovação dos pontos elencados através da pesquisa.

Percebeu-se, através das análises dos dados pesquisados e em diversas observações vivenciadas nesta esfera educativa, que a gramática normativa ocupa um patamar muito elevado em relação às outras gramáticas, vistas “com bons olhos” entre os linguistas. Quando o aluno tem liberdade para expor seu jeito de falar, conseqüentemente produzirá textos com mais consistência, relevância e acima de tudo significância, coerente com a sua vivência e com o seu retrato social. Uma política de produção de texto que fomente a criatividade em detrimento de um processo que valoriza a asserção de que “só se escreve bem, quando se conhece e domina todas as regras prescritas pela gramática normativa”.

Saber mediar as metodologias do conteúdo relacionado à Língua Portuguesa não é tarefa fácil, exige do professor uma avaliação sistematizada e constante. Portanto, mesmo

sabendo da importância da gramática normativa, a proposta deste trabalho científico de conclusão do curso é tentar identificar e comprovar a importância do conhecimento e utilização da gramática descritiva na esfera educativa em foco, baseando-se em pilares críticos e reflexivos da abordagem descritiva e prescritiva do uso da língua.

## **Capítulo I**

### **1 - Gramática: visão diacrônica**

#### **1-1- Fundamentação Histórica: abordagem diacrônica da gramática.**

A gramática não é um fato ou fenômeno singular, mas um fato e um fenômeno plural. Alguns autores consideram que tenha surgido logo após a invenção da escrita. O americano Noam Chomsky acredita que “os poderes da gramática sejam inatos e estejam presentes até mesmo em primatas”.

Argumenta ainda que “a gramática está inscrita em nosso material genético apenas como uma potencialidade de modo similar a que qualquer pessoa nasce com o potencial de aprender um dado idioma, mas as circunstâncias de seu desenvolvimento (como nascer em uma comunidade em que fala essa língua) é que determinarão se ela será ou não fluente”. Em meados do século XX, Chomsky concebeu a teoria da “gramática universal”, baseada em princípios comuns a todas as línguas. Entretanto, a primeira gramática de que se tem registro histórico é a de Pānini para o sânscrito, mas acredita-se que o estudo formal da gramática tenha sido iniciado com os gregos, a partir de uma perspectiva filosófica.

Ao referir-se a gramática, é prioritário especificá-la e delimitá-la, uma vez que essa pode ser estudada a partir de objetivos e instrumentos distintos. De acordo com o dicionário Aurélio: Gramática é um vocábulo grego que significa “a arte de ler e escrever” e, tradicionalmente, é diferenciada quanto à sua finalidade. Por isso pode ser normativa, descritiva, internalizada ou também chamada de implícita e histórica. Já para Pasquale e Ulisses, a gramática é uma palavra de origem grega formada a partir de “gramma”, que quer

dizer letra. Segundo esses autores, originalmente gramática referia-se ao nome das técnicas da escrita e leitura. Mais tarde passou a designar o conjunto das regras que garantem o uso modelar da língua. É considerada também como a descrição científica do funcionamento de uma língua. As línguas que têm forma escrita como a Língua Portuguesa utilizam a gramática para estabelecer um padrão linguístico.

Os antigos romanos na Grécia, por volta do séc. V a.C., iniciaram, como ramo da filosofia, os estudos linguísticos que, desenvolvidos pelos trabalhos especulativos da Idade Média e pelo estudo normativo dos gramáticos dos períodos subsequentes, constituem o que no ocidente se tem chamado “gramática”.

Através da história, sabe-se que o estudo gramatical na Grécia antiga pode ser visto como constituído de três períodos principais: (I) o que se iniciou com os filósofos pré-socráticos e os primeiros retóricos e continuou com Sócrates, Platão e Aristóteles; (II) o período dos estoicos; e (III) o período dos alexandrinos. No primeiro período, a língua não era uma preocupação independente, encontrando-se esparsa na obra de cada pensador do período.

A informação de que se tem dos filósofos pré-socráticos, os primeiros retóricos e Sócrates, é indireta. Quanto a Platão, escreveu um diálogo (Crátilo) todo dedicado a questões linguísticas. Nesse diálogo, ele debate a questão da origem da língua e trata da controvérsia entre naturalistas e convencionalistas, ou seja: haveria, ou não, uma relação natural entre o significado da palavra e sua forma? O restante de sua obra também contém referências à língua, embora não seja a ela dedicado. De qualquer modo não escreveu nenhum compêndio gramatical.

Quanto a Aristóteles, tampouco escreveu um tratado sobre a língua e seu pensamento linguístico está esparso em sua obra retórica e lógica. Os que acreditavam ser “natural” a relação entre o significado da palavra e sua forma foram chamados de naturalistas; e os que acreditavam ser uma relação “convencional”, convencionalistas. Essa disputa prolongou-se por séculos, evoluindo, mais tarde, a partir do século II a.C. para a discussão sobre até que ponto a língua é regular. A palavra grega para denominar regularidade “analogia” e para irregularidade, “anomalia”. Subsequente a essas denominações surge então através de uma disputa entre analogistas e anomalistas. Esses se esforçam por estabelecer modelos de referências para classificar as palavras regulares, nascendo aí o termo “paradigma”, incorporado à gramática. A Aristóteles deve-se, entre outras contribuições, a criação das

“categorias de pensamentos”, também chamadas categorias aristotélicas, que deram origem às partes do discurso as quais se chamariam, posteriormente, categorias gramaticais e finalmente classes de palavras.

O período dos Alexandrinos destacou-se dos dois anteriores exatamente nesse ponto: a preocupação com a língua era literária, e não filosófica ou lógica, e seu estudo linguístico era parte de seu estudo literário. Dois fatores contribuíram para seu interesse em estudar a língua como parte dos estudos literários: (I) o desejo de tornar acessíveis aos contemporâneos as obras de Homero, e (II) a preocupação com o “uso correto” da língua (pronúncia e gramática) a fim de preservar o grego clássico de alterações. Esses estudiosos são denominados alexandrinos por terem desenvolvido seus estudos na colônia grega de Alexandria, onde, no séc. III a.C., floresceu um grande centro de estudos literários e linguísticos. Considera-se que foi nesta época que se codificou a chamada gramática tradicional do grego: nos séculos II e III a.C., os sábios de Alexandria escreveram glossários e compêndios gramaticais, com a finalidade de tornar possível, pelos contemporâneos, a leitura dos textos clássicos, sobretudo os de Homero, cuja língua já diferia bastante do grego falado então.

Essas primeiras gramáticas, ainda incompletas e pouco sistemáticas, baseadas na língua escrita, tinham os dois objetivos citados acima: a elucidação da língua dos textos literários arcaicos e a proteção do grego clássico que devia ser resguardado de alterações, surgindo daí a noção do certo versus errado. Os fundadores dos estudos gramaticais da Antiguidade acreditavam que a língua podia ser dividida em partes bem delimitadas e estanques (como, aliás, era dividida a sociedade da época). O objeto de interesse da gramática era a língua escrita com finalidades literárias. Isso dentro de uma visão que admitia a separação rígida entre língua falada e língua escrita (visão que predomina na grande maioria das concepções não -científicas de língua até hoje).

Consequente a essa ideia, Marcos Bagno diz que a gramática denominada como tradicional é conhecida como “a arte de escrever unicamente com finalidades estéticas”. Não haveria nenhum problema com isso se a gramática tivesse sido deixada dentro desse campo específico de investigação da língua dos grandes escritores. Mas essa especificidade foi pouco a pouco sendo abandonada e, logo após, transformada em instrumento de poder e dominação de uma parcela pequena da sociedade frente a todos os demais membros que a compõe, haja vista que esta se avançou, conquistando terreno, impondo seu domínio, a partir de um pequeno setor do universo total da língua que sobrepuja e coloniza outros setores da

sociedade, favorecendo a propagação de ideias, noções e preconceitos sobre o que é ou não é “língua”, concepções que perduram quase inalteradas na conjuntura atual.

Levando em conta a situação que cercou o nascimento dos estudos gramaticais, decorreram as características determinantes de sua natureza: limitação à língua escrita, especialmente à língua literária e, exclusivamente, à grega. O fato de os gregos terem utilizado o termo *grammatiké* para designar a arte de ler e escrever para dar nome ao estudo da língua costumava ser invocado para evidenciar a atenção que, desde o início, foi dada à língua escrita. A gramática dos filósofos não era, pois, a gramática no sentido comum tradicional. A *grammatiké*, que correspondia ao que comumente chamava-se gramática e instrumento de cultivo e de preservação de valores, era obra típica da cultura helenística. Já os gramáticos alexandrinos foram mais práticos, pois codificaram a gramática grega e lançaram o que seria o modelo da gramática ocidental tradicional.

Segundo o linguista inglês John Lyons (1968:9), a abordagem dos fenômenos linguísticos proposta pelos gramáticos alexandrinos incorreu no que ele chama de “dois equívocos fatais”: o primeiro, na separação rígida entre língua escrita e língua falada; o segundo, na forma de encarar a mudança das línguas (que é simplesmente mudança, e não “corrupção”, “ruína” ou “decadência”). Esses dois equívocos se uniram para formar o “erro clássico” no estudo da linguagem, que, conforme Lyons afirma, é um erro que se perpetuou durante dois milênios e somente no final do século XIX e início do XX começou a ser criticado e revisto.

Numa perspectiva histórica percebe-se que o mesmo erro repete-se na Península Ibérica. A relação entre prestígio e poder pela linguagem vem de muito tempo, ou seja, desde as origens da língua Portuguesa. Em 1255, o Rei Afonso III passou a residir em Lisboa, e a cidade, desde então, tornou-se a capital de Portugal. Desse fato, surgiu o prestígio da língua falada em Lisboa e, em razão do poder da Corte, a variedade usada por aquela classe privilegiada passou a ser mais valorizada. Portanto, a variedade linguística foi associada aos poderes centrais de Portugal e à região econômica e politicamente mais forte. Por exigências políticas e culturais, a variedade falada em Lisboa passou a ser associada à escrita, que conferia à variedade empregada maior prestígio, tornando-a parâmetro linguístico a ser seguido.

É preciso considerar que, ao apresentar as concepções de Língua Portuguesa e de gramática, deve-se salientar a priori as muitas discussões que remontam aos estudos de linguagem no Brasil e na conjuntura mundial. Por razões político - culturais bastante controversas, muito se falou e se registrou sobre a supremacia de uma Língua Portuguesa em detrimento da outra. Supremacia esta circulada e enviesada dentro do próprio território nacional ao afirmarem alguns que o português de um estado “x” é melhor que o do estado “y”, seja em aspectos fonéticos, morfossintáticos, lexicais, etc.

“O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna desse nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogadas nos dicionários (...)”. Marcos Bagno apresenta essa asserção nos primeiros capítulos de seu livro “O Preconceito Linguístico”, causando polêmica nacional, em alguns setores do magistério, como no meio acadêmico e também na mídia. Com seu discurso contundente e sua postura próxima à radicalização, o autor reuniu na referida obra, “os oito preconceitos da sociedade brasileira a respeito dos usos linguísticos”. Colocando-se absolutamente contra convenções e normas, o autor defende a tese de que há um embate histórico entre a utilização efetiva do idioma e a postura da tradição gramatical, com fortes e danosas repercussões para o ensino-aprendizagem da língua materna no Brasil.

Portanto, Bagno sumarizou ao listar os oito mitos, uma série de pressupostos reveladores dos embates travados, há algum tempo no Brasil, entre linguistas e vernaculistas. O primeiro preconceito denunciado pelo autor diz respeito à surpreendente unidade que possui a língua portuguesa falada no Brasil. No segundo preconceito referido, o autor aponta a crença de que o brasileiro não sabe português e que só em Portugal fala-se bem o português. O terceiro mito sintetiza-se na afirmação de que o português é muito difícil. Esse preconceito estaria bem próximo ao segundo, talvez mesmo configurasse sua causa (não se sabe a língua porque é muito difícil). Em quarto lugar, Bagno declara que as pessoas sem instrução falam “tudo errado”. Trata-se de uma afirmação radical, novamente relacionada ao senso comum e ao binômio fala versus escrita, e que hoje constituiu alvo de combate no meio acadêmico e pedagógico da área de Letras.

Colocando o estado do Maranhão como o lugar onde melhor se fala português no Brasil, Bagno cita o quinto preconceito. De fato, trata-se de uma afirmação sem maior fundamento, que pressupõe variantes melhores, mais puras, legítimas ou eficientes em relação às demais. Em sexto lugar, o autor apresenta o preconceito segundo o qual o certo é falar

assim porque se escreve assim, trazendo à baila, novamente, o tratamento dicotômico da relação fala versus escrita. O sétimo preconceito referido por Bagno expõe que é preciso saber gramática para falar e escrever bem. Partindo da concepção de gramática como o conjunto de instruções normativas pautadas no padrão culto escrito, o autor denuncia e critica, com esse postulado, as práticas pedagógicas tradicionais do ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

Por fim, o autor questiona o domínio da norma culta como instrumento de ascensão social. Conforme seu entendimento, tornar as classes populares mais competentes em termos linguísticos não é, por si só, garantia de chegada a melhores e mais prestigiados postos na escala social; seriam necessários outros requisitos para essa mudança.

Enfatizando o quinto preconceito - “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão” – o que acontece com o português do Maranhão em relação ao português do resto do país é o mesmo que acontece com o português de Portugal em relação ao português do Brasil: não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente “melhor”, “mais pura”, “mais bonita”, “mais correta” que outra. Toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a emprega. Quando deixar de atender, ela inevitavelmente sofrerá transformações para se adequar às novas necessidades.

O pressuposto básico do estudo da variação no uso da língua é o de que a heterogeneidade linguística, tal como a homogeneidade linguística, não é aleatória, mas regulada, governada por um conjunto de regras. Em outras palavras, tal como existem condições ou regras categóricas que obrigam o falante a usar categoricamente certas formas (a casa) e não outras (casa a), também existem condições ou regras variáveis que funcionam para favorecer ou desfavorecer variavelmente e com pesos específicos, o uso de uma ou outra das formas variáveis em cada contexto. Naro (2003, p. 15)

Segundo Travaglia, é possível descrever a língua em vários tipos de gramática, contudo há três tipos mais usuais de descrevê-la. A Gramática normativa - é “um manual com regras de bom uso da língua”. Dizer que alguém, nesse sentido, sabe gramática, significa dizer que a pessoa conhece essas e as domina. A gramática normativa só considera correta a norma culta da língua e tudo o que estiver fora dessa norma é considerado erro gramatical.

A Gramática Descritiva - é a descrição de como a língua funciona, do conjunto de regras que são usadas pelos falantes. Ao contrário da normativa, a gramática descritiva leva em consideração tudo aquilo que possa estabelecer uma comunicação, de acordo com

determinada variedade linguística, ou seja, tudo o que está incluído no sistema. Dentro da gramática descritiva, há subdivisões de gramáticas que tratam de assuntos mais específicos:

Gramática Contrastiva - abrange duas ou mais normas de uma língua e mostra a inferência que elas exercem na língua materna.

Gramática Geral - busca explicitar o maior número de línguas e estabelecer as possibilidades de uso que elas oferecem.

Gramática Universal - busca explicitar o maior número de línguas e estabelecer as características comuns entre elas.

Gramática Histórica - mostra a evolução histórica de uma língua.

Gramática Comparada - mostra a evolução histórica de um conjunto de línguas.

Gramática Internalizada - é a gramática que corresponde ao saber linguístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela própria dotação genética humana (...) natureza social e antropológica. Para esse tipo de gramática, não existe livro sem ter erro linguístico, são as regras da língua inerentes ao homem, a qual ele recebe assim que entra em contato com uma comunidade falante.

Mattoso Câmara Jr. referiu-se à gramática no sentido artificial, ou seja, livro que contém ordenadamente as regras de uma língua. A linguística era vista como função social antes da sua chegada e, só a partir de então, passou a ser vista como ciência.

Ele tratou a linguística em sua diversidade de conceitos e de escolas, sua evolução, desde os estudos pré - linguísticos aos estudos de Fonética e Fonologia. Para Mattoso, a invenção da escrita propiciou à humanidade a percepção da existência de formas linguísticas à medida que transformavam o som em escrita convencional, criando uma nova atitude social, cujo clima em relação à linguagem e seu estudo podem desenvolver-se através do impacto de fatores sociais e culturais, o que supostamente originou a criação da gramática.

A terminologia utilizada por Mattoso em História e Estrutura da Língua Portuguesa é reveladora dos avanços alcançados pela Linguística, desde a sua constituição enquanto ciência até a publicação deste trabalho. Beneficiando-se de todos os ensinamentos da gramática

tradicional, esta obra tem um cunho marcadamente estruturalista, contrariamente aos outros que são de inspiração neogramática.

É comum afirmar segundo as orientações de Mattoso que a gramática normativa expõe noções e regras essenciais, estabelecidas por especialistas e baseadas no uso da língua escrita, consagrada por bons escritores. Sendo assim, a gramática normativa oficializa regras e leis para a variedade dita padrão ou culta. Esta gramática considera as demais variedades da língua como irregularidades. Já a gramática descritiva é o estudo do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona como meio de comunicação entre os seus falantes. Esta gramática estuda a estrutura formal da língua e descreve regras, tanto da língua escrita como da língua falada.

A análise é independente do que é considerado “certo” ou “errado” pela gramática normativa, considerando prioritariamente o uso da língua para descrever suas regras. Como a língua sofre mudanças, frequentemente muito do que é prescrito na gramática normativa já não é mais usado pelos falantes de uma língua.

A gramática Descritiva não tem o objetivo de apontar erros, mas sim de identificar todas as formas de expressão existentes e verificar quando e por quem são produzidas. Ela tem sido denominada de gramática descritiva, porque faz, na verdade, uma descrição da estrutura e funcionamento da língua, de sua forma e função. Ela trabalha com o falante /ouvinte ideal, permitindo associar a cada expressão da língua uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso de modo a separar o que é gramatical do que não é gramatical. Em síntese, fala-nos o teórico linguístico Mattoso em seus estudos que a gramática descritiva destina-se a descrever ou explicar as línguas tais como elas são faladas. Explicita as regras que realmente são utilizadas pelos falantes, pois todos seguem regras.

Tendo sido escrita recentemente, a obra de Câmara Jr. continua a incluir o estudo da Formação de Palavras no Léxico e a tratar a Prefixação dentro da Composição, posição que não está em sintonia com aquela que é seguida em quase todos os trabalhos linguísticos publicados na mesma época ou subsequente e que denota o não afastamento do autor relativamente a outros autores de gramáticas históricas que o precederam. Como deixa transparecer a organização da obra, a influência estruturalista não se manifesta propriamente ao nível da estrutura seguida, mas antes nos tipos de abordagem e na terminologia utilizada.

Antes de nos atermos as gramáticas normativa e descritiva sobre as quais esta pesquisa fundamentou-se, cabe-nos apresentar os diversos conceitos da mesma. Para aduzirmos mais uma observação às considerações realizadas até aqui, convém lembrar que várias concepções foram analisadas de forma generalizadas em contato com as demais conceituações peculiares da gramática de forma equiparada.

A gramática normativa busca ditar, ou prescrever, as regras gramaticais de uma língua, posicionando as suas prescrições como a única forma correta de realização da língua, categorizando as outras formas possíveis como erradas. Frequentemente as gramáticas normativas se baseiam nos dialetos de prestígio de uma comunidade linguística. Embora as gramáticas normativas sejam comuns no ensino formal de uma língua, a sociolinguística vem favorecendo o estudo da língua através da oralidade e da informalidade natural da fala, e não como ela deveria ser falada.

Ao contrario pode-se verificar que a Gramática Descritiva propõe a descrição da língua falada, a despeito do que a gramática normativa prescreve como “correto”. É a gramática que norteia o trabalho dos linguistas que pretendem descrever a língua tal como é falada. As gramáticas descritivas estão ligadas a uma determinada comunidade linguística e reúnem as formas gramaticais aceitas por essas comunidades. Como a língua sofre mudanças, muito do que é prescrito na gramática normativa já não é mais usado pelos falantes de uma língua.

Em consonância com a concepção arrolada acima a Gramática Generativa é uma teoria linguística elaborada por Noam Chomsky e pelos linguistas do *Massachusetts Institute of Technology* (Instituto tecnológico de Massachusetts), entre 1960 e 1965. Descreve somente as frases realizadas e não pode explicar um grande número de dados linguísticos (como a ambiguidade, os constituintes descontínuos, etc.). Chomsky define uma teoria capaz de dar conta da criatividade do falante, de sua capacidade de emitir e de compreender frases inéditas.

A Gramática Transformacional é um tipo particular de gramática ge(ne)rativa. Na década de 1950, Noam Chomsky introduziu na linguística a noção de gramática ge(ne)rativa, que renovou completamente a investigação nesta área do conhecimento. É possível conceber tipos diferentes de gramática ge(ne)rativa e o próprio Chomsky definiu e discutiu vários tipos diferentes em seus primeiros trabalhos. Mas, desde o início, ele próprio defendeu um tipo

particular, ao qual deu o nome de gramática transformacional ou GT; a gramática transformacional foi chamada às vezes gramática gerativa transformacional, ou GGT.

A Gramática Universal é uma teoria linguística da escola transformacional e generativa que afirma que determinados princípios comuns subjazem a todas as línguas naturais. Essa teoria vai além da gramática nocional - proposta por Otto Jespersen em 1922, no seu livro *Language, its nature, Development and Origin* - da qual é herdeira, e defende que tais princípios são inatos. A gramática universal investiga, portanto, quais características linguísticas são comuns a todas as línguas do mundo - por exemplo, o fato de todas terem vogais (PERINI, 1976: 24). É uma gramática de base comparativa, que procura descrever e classificar todos os fatos que ocorrem universalmente em todas as línguas (isto é, os universais linguísticos) (TRAVAGLIA, 1998).

A Gramática Formal é um objeto matemático que permite especificar uma linguagem ou língua, ou seja, é um conjunto de regras capaz de gerar todas as possibilidades combinatórias dessa linguagem, seja em uma linguagem formal ou linguagem natural. Quando referimos a linguagem natural às regras combinatórias recebem o nome de sintaxe e são inconscientes. Existem diversos tipos de gramáticas formais que geram linguagens formais, a mais conhecida e aprovada é a Hierarquia de Chomsky.

A Gramática Funcional ou teoria funcionalista concebe a língua como um instrumento de comunicação e postula que esta não pode ser considerada como um objeto autônomo, mas uma estrutura submetida às pressões provenientes das situações comunicativas, que exercem grande influência sobre sua estrutura linguística. Assim, o funcionalismo analisa a estrutura gramatical tendo como referência a situação comunicativa inteira: o propósito do ato de fala, seus participantes e seu contexto discursivo.

A Gramática Reflexiva está voltada ao processo linguístico e não ao produto do ato linguístico (fala). Essa parte das evidências linguísticas para dizer como é a gramática implícita ou a gramática internalizada do falante, isto é, o conhecimento que o falante tem do sistema da língua. Soares (1979) define gramática reflexiva “como sendo uma gramática em explicitação, que surge da reflexão com base no conhecimento intuitivo dos mecanismos da língua e será usada para o domínio consciente de uma língua que o aluno já domina inconscientemente”.

A Gramática Teórica permite ao falante entender sua língua como um sistema organizado, lógico e coerente, tornando-lhe possível a reflexão sobre as regras e os princípios da língua. Esse conhecimento é, segundo Vygotsky (1987, p.86), muito útil para o desenvolvimento mental da criança.

## 1-2 - Conceituações: Normativa e descritiva

Torna-se evidente a existência de várias correntes que envolvem hipoteticamente a origem da gramática, mas conceitualmente, a gramática pode ser definida como uma ciência que estuda o sistema de uma língua. Tal afirmação depende dos limites da própria funcionalidade da gramática, já que, do ponto de vista pragmático, a gramática adquire sentidos, muitas vezes, diversos. Já historicamente, a gramática conhece uma gama bastante variada de proposições confundindo-se, a princípio, com a lógica e, em seguida, adquire estatuto de “ciência” autônoma, passando então a englobar as três vertentes fundamentais da linguística estruturalista: a fonético-fonológica, a morfossintática e a semântica.

A questão da língua e em específico o estudo da gramática no Brasil devem ser vistos como uma questão nacional de grande relevância. O interesse em se firmar uma língua “genuinamente” brasileira, desmembrando-a do português de Portugal, fizera-se presente, com intensidade, a partir do século XIX, já que antes disso todo o investimento político e gramatical estava centrado no tupi, via trabalho dos jesuítas, ou no latim. Há ruptura nos velhos padrões de ensino da língua, abrindo espaço para o surgimento da gramática do Português Brasileiro. Juntamente com a construção de um saber sobre língua nacional, abre-se espaço para a construção de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com uma língua própria, visível na gramática.

Percebe-se então que esse processo foi importante para a autonomia da língua, propiciando aberturas para se estudar questões gramaticais e linguísticas sobre as quais se refletem ainda hoje em nossa língua. Abordar a autoria de gramática é abordar os pilares dos ideais linguísticos, de questões da língua, da produção de um conhecimento direcionado e, principalmente, da produção de instrumentos tecnológicos ligados em si (a gramática e ao dicionário), além de sua relação com a história do povo que a fala.

Qualquer análise ou estudo requer uma explanação com o intuito de estabelecer os limites dentro dos quais o pesquisador deverá atuar em seu empreendimento analítico. Esse mesmo princípio, portanto, deve reger os estudos acerca de um conceito tão polissêmico quanto o de gramática. Para a maioria, ela corresponde apenas ao conjunto de prescrições que indicam o falar correto, mas, para os linguistas, todos os princípios que denominam a gramática devem ser estudados.

É necessário e pertinente compreender as diversas faces da gramática para garantir o entendimento de toda complexidade que perpassa a ideia de forma mais clara e precisa, pois é possível estabelecer distintas concepções de gramática, ora como “mecanismo geral que organiza as línguas”, ora como disciplina. Nesse último caso, não se pode ficar num conceito único, sendo necessária uma incursão por múltiplas noções, já que são múltiplos os tipos de “lições que uma gramática” da língua pode fornecer: no modelo normativo puro, a gramática define-se como conjunto de regras que o usuário deve aprender para falar e escrever corretamente a língua; já no modelo descritivo ou expositivo, a gramática é um conjunto que descreve os fatos de uma dada língua, e assim por diante.

Ligadas ao uso linguístico, existem sempre, nas diversas comunidades linguísticas, as modalidades não regradas da língua ao lado de uma modalidade considerada a norma-padrão, à qual se atribuem qualidades “superiores”. Ela seria mais regular, modelar, e, portanto, deveria ser seguida e perseguida. Isso é particularmente notável na codificação inicial da gramática ocidental, época que ameaça de sobrepujamento da língua grega pelos falares “bárbaros” “corrompidos”, ou seja, não gregos, conduziu determinantemente nesse sentido toda a feitura das lições que os gramáticos produziam. Segundo Neves:

Comprometidas com a existência de uma língua comum que se distribui por todas as cidades, as noções gramaticais que se codificam dissociam-se dos quadros de flexão como paradigma e paralelamente. Levantam-se os desvios e irregularidades que o uso determinou. E, se foi a partir de modelos que a disciplina gramatical se instituiu, ela só poderá nascer modelar: Essa gramática, pelas condições em que surge se institui como exposição de padrões. (Neves, 1987).

É de grande valia elucidar que gramática distingue-se de linguística, visto que esta é uma ciência da linguagem. Já a outra constitui uma doutrina, isto é, uma tentativa não-científica de explicar os fenômenos da língua. Estudar eficientemente uma língua, isto é, o uso linguístico, a elaboração dos enunciados e, conseqüentemente, a produção de sentido implica, portanto, em estudar a gramática dessa língua. A questão não é estudar ou não a gramática. A questão é que ela se apresenta no cotidiano, nas situações mais corriqueiras da vivência humana. Quando se fala, há o uso da gramática seja de forma simétrica ou assimétrica, e essa é a condição para que uma língua seja língua, no aspecto sistemático da mesma. Segundo Bechara:

A gramática não se confunde com a linguística, tendo em vista os próprios objetivos de cada uma. Enquanto a primeira, normativa, registra o uso idiomático da

modalidade-padrão, a segunda, como ciência, estuda a linguagem articulada nos seus polifacetados aspectos e realizações. (Bechara, 2002, p. 50).

Segundo Perini é necessário ensinar o português padrão; mas esse ensino, o "ensino normativo" da língua, deve ser acatado com muita cautela e com toda diplomacia, como qualquer material potencialmente explosivo deve ser manejado com cuidado. Segundo ele, é com o desenvolvimento da leitura fluente e do hábito da leitura que a maior parte do problema acaba desaparecendo por si só.

O autor apresenta uma descrição das funções sintáticas por meio da construção de matrizes de traços distintivos. Sua abordagem ao primeiro problema a enfrentar e quando se pretende elaborar uma gramática é o de definir que língua vai ser estudada, no caso do livro em estudo trata-se da língua portuguesa.

Perini (2002: p.27) afirma que as práticas desenvolvidas na escola consistem de longos exercícios repetitivos que tem por objetivo “levar os alunos a ler e escrever razoavelmente bem”. O autor ainda questiona: “[...] será que o estudo da gramática pode ajudar na aquisição da leitura e da escrita”?

Em seus estudos é apontada uma grande inconsistência no privilégio que se dá ao ensino de gramática, em detrimento do trabalho com leitura e escrita. A seu ver, a única forma de se compreender bem a metalinguagem presente nas análises linguísticas é tendo bom domínio de leitura. De acordo com o autor:

“toda experiência parece mostrar que entre os pré-requisitos essenciais para o estudo da gramática estão, primeiro, habilidade de leitura fluente e, depois, um domínio razoável da língua padrão (já que é o objeto das gramáticas disponíveis). Assim, para estudar gramática com proveito, é preciso saber ler bem – o que exclui a possibilidade de se utilizar a gramática como um dos caminhos para a leitura.”

Acreditando que a Gramática Tradicional tem limitações em dois aspectos fundamentais, a inadequação aos fatos da língua e a falta de consistência lógica, Perini (1989, p.5) não rejeita inteiramente a sua importância, pois a considera “uma preciosa fonte de perguntas a respeito da língua”. Essa reflexão condiz com seu esforço em propor a descrição do padrão escrito do português brasileiro, contexto linguístico que também é o foco da Gramática Tradicional, ainda que esta última não tenha pretensões descritivas, mas apenas prescritivas.

Buscando a construção de uma gramática descritiva do português brasileiro, em seu padrão escrito, Perini, inicialmente, se ocupa em justificar a necessidade de tal pesquisa. Para o autor (PERINI, 1989, p. 11), uma gramática descritiva se faz necessária tanto para a teoria linguística, por meio do subsídio de “dados confiáveis e sistematizados”, quanto para o ensino (“gramáticas descritivas para usos pedagógicos”). Em seguida, tem-se a etapa da busca de uma base teórica adequada, com o objetivo de superarem as limitações da Gramática Tradicional.

Ao estabelecer seu ponto de partida teórico, Perini (1989, p. 12) observa um obstáculo ao exibir uma visão compartimentada da língua, não existe nenhuma teoria linguística que mostre uma abordagem completa o bastante para dar conta de todos os aspectos relevantes de uma língua natural. O autor (PERINI, 1989 p. 13-14) apresenta um desfecho a esse problema metodológico ao neutralizar os principais debates acadêmicos, a fim de oferecer uma maior coesão descritiva, utilizando-se apenas de um conjunto de princípios que são consensuais entre os linguistas: existência de itens morfológicos (morfemas, palavras); distribuição desses itens em constituintes; relações sintagmáticas entre os elementos (funções); concordância e regência; relações paradigmáticas entre os elementos (classes); natureza distribucional das classes; correspondências sintáticas entre estruturas diferentes.

Determinado o ponto de partida teórico, Perini passa a demarcar o objeto de sua descrição. Em primeiro lugar, decide pela superfície da língua, pois concebe a gramática descritiva como “um catálogo de estruturas superficiais” (1989, p. 15).

Em sequência, incorpora a proposta de uma análise estritamente formal, que é justificada, segundo o autor, pelos “casos em que um traço formal da língua não tem nenhum correlato semântico discernível” (PERINI, 1989, p. 20).

Segundo Perini, as aulas de gramática servem apenas para decorar regras, sem levar em conta a metodologia aplicada que levou aos resultados. As aulas de gramática não permitem inferências às perguntas confusas que contém no livro didático. Afirma ainda que, o professor nunca ensina, apenas reproduz o que está na bibliografia. Surpreendentemente, afirma que, nas aulas de gramática, não se estuda nem se aprende gramática, pois professores e alunos não sabem e não se interessam por gramática.

Sendo assim, os estudos de gramática portuguesa estão seriamente defasados, apresentando sério comprometimento no ensino aprendizagem dos alunos, sendo então

necessário reverter esse quadro, deixando de negligenciar qualquer estudo gramatical: a necessidade de propor regras e definições é explícita. Para tanto, é necessário pensar no ensino da gramática como algo que favoreça a prática na solução de diversas questões relacionadas ao ensino da gramática. A abordagem diferenciada da gramática será capaz de ultrapassar a estaticidade dos exercícios propostos nos livros didáticos e passar a tornar-se parte do nível de pensamento orgânico dos sujeitos, consideração mais importante na reflexão sobre Perini (1995) diz respeito à autonomia do pensamento, que se utiliza da gramática como ferramenta para desnudar as principais dificuldades em termos de linguagem e a tudo ao que ela se refere como, o poder do discurso, o senso crítico, a coerência e coesão no uso das palavras.

Em conformidade com Travaglia, o estudo só de nomenclatura e ensino de teoria gramatical é improdutivo do ponto de vista da formação de usuários competentes da língua. O estudo apenas do uso pode gerar lacunas culturais, por falta de conhecimentos teóricos necessários socialmente ou como recurso de mediação didática, mas é preciso lembrar que em termos da população em geral não importa nem é necessário formar analistas da língua.

De acordo com essas concepções, saber gramática significaria ser capaz de distinguir, nas expressões de uma língua, as categorias, as funções e as relações que entram em sua construção, descrevendo com elas sua estrutura interna e avaliando sua gramaticalidade, o que implicaria a utilização de uma metalinguagem específica da teoria linguística adotada.

Não há maneira de falar sem usar as regras da gramática de uma língua. Regras de gramática são orientações de como empregar adequadamente as unidades da língua, de como combiná-las, tendo em vista os efeitos pretendidos na interação comunicativa. Logo, é imperativo que a noção de gramática seja apreendida em sua pluralidade.

Dessa forma, acredita-se que compreender as mudanças da Gramática parece-nos ser um bom caminho para reorientar as discussões e propostas para o ensino de Gramática no contexto educacional atual.

Procurou-se evidenciar no capítulo I os aspectos diacrônicos da gramática. Dessa maneira, foram apresentadas e analisadas as diversas concepções e tipos de gramática, através de uma abordagem histórica.

## Capítulo II

### 2. Aplicabilidade das gramáticas

#### 2.1 - Normativa e Descritiva

O estudo da gramática não é um caminho conveniente para desenvolver o desempenho na leitura e na escrita (muito menos na fala), portanto não deveria ser um instrumento de ensino normativo. O grave perigo é transformar a gramática em uma doutrina absolutista, voltada exclusivamente para a correção de supostas impropriedades linguísticas dos alunos. Sendo assim acaba desencorajando nos alunos qualquer iniciativa no campo da linguagem, em especial no âmbito da escrita.

É necessário, portanto, ensinar o português padrão, mas o ensino prescritivo deve ser aplicado com muita cautela e com toda diplomacia. Isso será sanado com o desenvolvimento da leitura fluente e do hábito de leitura. O que não for sanado será objeto de ensino, mas sempre deixando explícito o verdadeiro papel do padrão escrito frente às variedades coloquiais.

Entretanto, lançando os olhos para o que temos hoje, cabe perguntar: Por que as gramáticas continuam a veicular padrão? Hoje os manuais de gramática se organizam num contexto absolutamente diferente. Desde o começo do século instituídas as ciências em todos os ramos, foi-se formando a ciência da linguagem, que colocou a língua e a linguagem como objeto de estudo. Começou então a se ver a natureza da linguagem isolada de qualquer vinculação valorativa com poder político, importância social ou mesmo beleza estética.

É interessante lembrar que, como menciona Marcos Bagno, atualmente a Linguística compreende todos os estudos contemporâneos e antigos sobre a linguagem, incluindo nesse ramo a Gramática Tradicional. Existem pessoas que escrevem bem e, em muitos casos, desconhecem as regras da gramática tradicional, ou seja, a normativa.

É importante também ter a consciência de que “saber gramática” não implica necessariamente em “falar bem” ou “escrever corretamente”. Isso é só mais um dos

muitos mitos que compõem o preconceito linguístico tão vigoroso em nossa sociedade. Se o conhecimento da gramática normativa garantisse o ‘escrever bem’, todos os professores de língua seriam excelentes escritores, prosadores criativos... Isso não acontece, não é? Os gramáticos, então seriam os maiores artistas da língua! Ora, sabemos que não é bem assim. Aliás, muito pelo contrário: a maioria dos gramáticos escrevem num estilo rebuscado, empolado, pouco ágil, usando recursos retóricos antiquados, justamente porque se apegam demais à tradição (Bagno, 2004, p. 160).

Mesmo com vários estudos indicando mudanças, ainda persiste no espaço escolar uma prática de ensino da Língua Portuguesa pautada nos exercícios tradicionais de gramática, apesar da necessidade de um trabalho mais reflexivo com a língua. Antunes (2004, p 19), pondera que:

“Um exame mais cuidadoso de como o estudo da língua portuguesa acontece, desde o Ensino Fundamental, revela a persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos, ainda mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas.”

Diante de muitas práticas de ensino no que se refere sistematicamente ao ensino da gramática na escola, ainda há uma preocupação pragmática com a “exercitação” da metalinguagem por meio de atividades voltadas à gramática normativa. Grande parte dos professores de língua materna reconhece que a linguagem deve ser considerada como sendo uma atividade comunicativa, cognitiva e um objeto de análise, considerando-se as diferentes dimensões da linguagem, ou seja, a dimensão discursiva, a dimensão semântica e a dimensão sintática ou gramatical. Entretanto, pela própria força da tradição e da organização dos programas escolares a maioria dos professores de português adota ainda o que é estabelecido pelos próprios livros didáticos: redação, leitura, interpretação, gramática, por meio de atividades de operação com a linguagem ou atividades de sistematização gramatical.

Porém, atualmente ainda é possível nos depararmos com professores de Língua Portuguesa, sendo repetidores da doutrina gramatical normativa, que muitas vezes eles próprios não a dominam integralmente. É inquestionável que a metodologia e aplicabilidade do ensino de Língua Portuguesa estejam na competência do professor ao trabalhá-la em sala de aula, não priorizando conceitos, regras e nomenclaturas para que o aluno possa ter liberdade de pensamento e expressão verbal. Cabe ao professor reprogramar seu papel de educador, tornando-se protagonista no processo de aprendizagem de seus alunos, de maneira espontânea. O próprio docente tem que iniciar a mudança de atitude, só assim propiciará um ensino de língua mais eficaz e reflexivo.

Diante desse quadro cabe à escola, mais especificamente ao professor de Língua Portuguesa, a responsabilidade de levar até ao educando dados novos que serão internalizados, pois cabe ao aluno construir sua competência pela exposição e pelos dados linguísticos variados. O aluno não deveria decorar o que é gramática, mas, sim, ter um contato íntimo com ela, visto que será esse seu instrumento de aquisição de uma linguagem reflexiva e intercomunicativa na língua falada e escrita.

Possenti afirma que “as informações técnicas, linguísticas ou não, são importantes como fonte de reflexão, mas a disposição para refletir sobre elas é ainda mais importante, e a disposição para aprender é pré-condição para ensinar” (1996, p. 39). A língua é variável segundo as dimensões de tempo, espaço geográfico e das divisões sociais, então o professor deve aceitar essas variações e reconhecer que a gramática dos manuais mutila a realidade, no momento em que propõe como modelo a ser seguido uma língua artificial que, na maioria das vezes, pouco tem a ver com os hábitos linguísticos das pessoas cultas.

Sendo assim, é importante despertar nos alunos a consciência da funcionalidade da leitura e escrita, e isso só será possível quando os professores levarem em conta a bagagem que o aluno traz consigo, a respeito de sua língua materna. Dessa forma pode acontecer a união da norma culta e da norma coloquial sem criar traumas ou defasagens na aprendizagem dos alunos. Basta que os educadores busquem a formação continuada, não apenas teórica, mas também na prática e no contexto da realidade em que ele está inserido, respeitando assim as diferenças.

É evidente que a concentração do ensino da gramática em tópicos de sua nomenclatura não pode ser vista como único fator responsável pelos problemas do ensino da língua. Mas, é evidente também que esse tratamento tem tido peso muito grande, pois propiciou uma visão superficial do ensino da língua, além de ter tirado a oportunidade de outras questões como aquelas concernentes à aplicação do léxico e à composição de textos coesos, relevantes e coerentes sejam devidamente exploradas.

O tempo que é utilizado em atividades voltadas para o reconhecimento das unidades, de indicação de seus nomes e das subdivisões em que se encaixam poderia ser aplicado em atividades de análise, reflexão e revisão dos mais diferentes gêneros textuais. A análise é relevante no que diz respeito a aspectos do vocabulário, do léxico da língua, das suas inter-

relações no texto, levando o aluno a vincular a visão à realidade, tendo entendimento a qualquer tipo de texto, junto ao conhecimento linguístico e ao conhecimento de mundo.

O conhecimento da nomenclatura e das classificações gramaticais é visivelmente irrelevante para dominar as amplas exigências das atividades verbais. Enquanto a discussão em sala gira em torno de nível de frase, oração, período, de se passar da análise simples para a morfológica ou até mesmo sintática das palavras, termos de orações, muito esclarecimento deixa de ser dado acerca de como fazer uma interação verbal.

No entanto, ao se estudar gramática e ao seguir suas prescrições, tais questionamentos surgem, pois os alunos encontram no ensino de Língua Portuguesa um conjunto de regras e exceções e essas regras, muitas vezes, não condizem com as formas linguísticas utilizadas por eles. Como foi apresentado, o uso da gramática em sala de aula é aplicado numa perspectiva tradicional, originado por um sistema educacional que ainda exige um ensino de Língua Portuguesa centrado em uma concepção arcaica. Esse fato distancia os alunos de uma realidade linguística diferente da que vive, uma vez que a língua é heterogênea.

Com essa conjectura inquestionável, professores confundem habitualmente a educação com a busca as formas sintáticas, lexicais e fonéticas, transformando as aulas de português em ensino da gramática normativa. A grande função do professor é corrigir o “português errado”.

Para Bagno, as gramáticas são como “uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um igapó, à margem da língua”. Conseqüentemente, a língua é como um rio que se renova, enquanto a água do igapó, a gramática normativa, envelhece, não gera vida nova a não ser que venham as inundações.

Dessa forma, professores de Língua Portuguesa necessitam conhecer a heterogeneidade da língua. Para tanto, devem apresentar aos alunos um ensino que vise a explicar sua funcionalidade, ao invés de seguirem um conjunto de regras e prescrições que acabam distanciando a língua da forma como ela é falada. Ao fazerem isso, estarão melhorando o ensino de Língua Portuguesa.

## 2.2 - Sincronia Atual

Nesta seção será exposto o mapeamento dos alunos entrevistados, revelando alguns dados importantes. As entrevistas foram realizadas no Colégio Argemiro Antônio de Araújo no dia 01 de Novembro de 2011 às 20h. A pesquisa foi realizada com 25 (vinte cinco) alunos do ensino médio do Universo supracitado, através de um questionário contendo 10 questões relacionadas ao ensino de gramática no processo ensino-aprendizagem.

Cômputo das entrevistas com alunos: resultados e análises:

Questão 01: Qual a sua idade?

Apesar dos avanços no sistema educacional no Brasil nos últimos anos, ainda há muitos desafios a serem superados, entre os quais se destacam as elevadas taxas de distorção idade - série dos alunos matriculados no Ensino Médio, o que tem reflexos diretos sobre a eficiência e a eficácia do sistema educacional.

À priori identificou-se que 60% dos alunos têm mais de 17 anos. A distorção idade - série está relacionada a outros dois problemas persistentes no sistema educacional brasileiro: as elevadas taxas de repetência e a interrupção dos estudos por diferentes motivos, entre elas a necessidade de entrar cedo para o mercado de trabalho.

Outra série de fatores negativos, relacionados à qualidade desse nível de ensino, acusa a crise de um modelo de ensino médio que não apresenta o desempenho desejável em relação à aprendizagem dos alunos e à aquisição das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania. Por isso, os alunos não se sentem atraídos a permanecer na escola, gerando então uma grande evasão ou até mesmo a repetência.

Questão 2: Qual o grau de escolaridade do pai ou da mãe?

A relação família- escola é, hoje, tema em destaque na discussão sobre o alcance do sucesso dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, tendo como dado importante o nível de escolaridade dos pais. 64% dos pais dos alunos entrevistados não chegaram ao final da 1ª fase do ensino fundamental (1º a 5º ano ou 1ª a 4ª série).

Questão 3: Qual é a renda da família?

A renda familiar é compatível com o nível de escolaridade dos pais. A escola apresenta o índice de escolaridade dos pais muito baixo, revelando que 76% dessas famílias possuem uma renda inferior a cinco salários mínimos. A baixa escolaridade dos pais acaba se tornando um entrave, do ponto de vista econômico e cultural. Isso implica ainda que as famílias mais pobres sejam menos instruídas, contribuindo então para a não valorização da escolaridade dos filhos, até mesmo por não auxiliá-los na execução das atividades propostas pela escola.

Diversos autores, como Paro (2007), Tiba (2002) e Parolin (2003) afirmam que nem a escola e nem a família sozinhas conseguem êxito na educação dos filhos, mas que quando aliadas são muito mais fortes, e juntas proporcionam condições favoráveis para que o aluno desenvolva-se bem em seu processo educacional.

Questão 4: Em sua opinião o que deve ser mais valorizado nas aulas de Língua Portuguesa?

64% emitiram que devem ser mais valorizadas as aulas de literatura, gramática e redação. 28% enfatizaram somente aulas de gramática e 8% as aulas de Literatura. Um traço peculiar que mostra que a escola deve realmente valorar o ensino de língua, veiculando ainda a desnecessária fragmentação do ensino, ora incorporada pelas diretrizes estaduais.

Questão 5: O que você mais estuda em gramática?

Quando questionados sobre o que mais estudam em gramática, 52% alegaram que estudam Sintaxe (funções das palavras); 8% Fonética (sons das palavras); 8% Morfologia (estrutura e forma); 18% Semântica (atribuir significados) e 14% não souberam responder.

Falar de aprendizagem significativa equivale, antes de tudo, a pôr em relevo o processo de construção de significados como elemento central do processo de ensino/aprendizagem. O aluno apreende um conteúdo qualquer - um conceito, uma explicação de um fenômeno físico ou social, um procedimento para resolver determinado tipo de problemas, uma norma de comportamento, um valor a respeitar, etc. - quando é capaz de atribuir-lhe um significado. Os alunos entrevistados não atribuíram significado ao conteúdo explicado. Como prova maior disso, 14% (quatorze) não souberam responder sequer sobre o conteúdo mais estudado referente às aulas de Língua Portuguesa. Portanto, a significância lógica e psicológica em potencial do conteúdo de aprendizagem, apesar de serem duas

condições necessárias, não são, no entanto, ainda suficientes para que o aluno construa significados.

Questão 6: Você conhece outras gramáticas?

100% certificaram que desconhecem outras gramáticas. Esses dados são eivados de traços questionáveis que comprovam justamente o propósito da nossa problemática. Por que não se oportuniza o ensino de outras gramáticas sendo que ficou comprovado que o ensino de língua perpassa o ensino de gramática normativa? É pertinente rever tais posturas no tocante a concepção de um ensino significativo e próximo da realidade do discente.

Questão 7: As aulas de gramática geralmente se desenvolvem de que forma?

40% disseram que o professor explica a parte teórica e faz a fixação com exercícios. De acordo com 32% dos entrevistados, o professor apresenta a gramática de acordo com o livro didático. Para 16%, o professor faz decorar as regras e 12% afirmam que a gramática é apresentada a partir de textos.

Com base nas experiências durante o estágio, nos planejamentos escolares e nos manuais didáticos de língua portuguesa existentes no mercado, nota-se que a organização dos conteúdos privilegia o enfoque das regras e normas da gramática normativa, um ensino instaurado há séculos.

Assim, o objetivo central das aulas de língua portuguesa é constituído de aulas expositivas da gramática normativa, produzido pelo professor e/ou pelos manuais didáticos. Dessa forma, é fácil notar que a finalidade real das aulas não é o alcance dos objetivos propostos pelos programas escolares, mas tão-somente a apropriação passiva, pelo aluno, desse discurso didático. O papel ideal seria que o livro didático fosse apenas um apoio e não o roteiro do trabalho [do professor].

Partindo dessa premissa, julga-se necessário desenvolver no mundo jovem um gênero de vida no qual a Língua Portuguesa esteja sempre presente e, sobretudo, que seja apreciada. Daí a necessidade de também, paralelamente aos parâmetros curriculares, questionar os métodos no ensino da Língua Portuguesa.

Questão 8: O que é mais valorizado no ensino de gramática?

56% professaram as regras; 20% não souberam responder; 12% a competência comunicativa (saber falar bem); 12% escrever adequadamente.

Questão 9: Como seria para você uma aula ideal de gramática?

60% afirmaram que uma aula ideal de gramática seria explorar a gramática do texto e depois fixar através de exercícios. 24% consideraram que a aula ideal deve ser expositiva com o apoio no livro didático e 16% salientaram que é estudar a gramática com regras implícitas em um contexto. Esses resultados demonstram que residem uma postura de contextualização do ensino de língua, inferindo ainda que é eminente a existência de um processo que ainda persiste numa abordagem prescritiva da língua. Os próprios alunos reconhecem a defasagem das diretrizes e reclamam por um ensino mais crítico, reflexivo e contextualizado.

Questão 10: O conhecimento de gramática é explorado de que forma?

58% declararam que o conhecimento de gramática é explorado com fim em si mesmo pelo estudo descontextualizado. 32% dizem que é explorado de forma imposta aos alunos enquanto que 10% não souberam responder.

O cômputo dos dados da entrevista primou-se que o processo de ensino de Língua Portuguesa ainda persiste numa postura “equivocada e errônea”, comprovando a perpetuação de uma abordagem evasiva e inconsistente para o parâmetros atuais, abordagem esta que valora as regras e nomenclaturas.

É eminente que se faz necessário à utilização de todas as metodologias apresentadas, mas isso ainda acontece de forma arcaica, restringindo-se ainda somente a explicações de teoria tendo como suporte o inseparável livro didático e também a resoluções das atividades propostas pelo mesmo.

Portanto, para se chegar a um resultado satisfatório é extremamente importante que se realize um ensino crítico, a começar por uma abordagem franca das problemáticas refletidas nesta entrevista. E que estas reflexões possam ir além das discussões e se consolidem sob um novo perfil metodológico, levando o aluno a aprender de forma significativa os conteúdos ministrados, criando seus próprios conceitos e utilizando-os em diversas situações.

Dos 25 (vinte e cinco) alunos entrevistados, 4 (quatro) apontaram a desvalorização de todos os tópicos apresentados, ou seja, não valorizam os conteúdos trabalhados, acreditando não ser útil na vida e para a participação dele na sociedade.

Nesta perspectiva de análise, verificou-se o posicionamento do aluno que parece deixar às vistas a falta de relação com o saber do conteúdo trabalhado, do sujeito com seu entorno, o que acaba por revelar sua verdadeira relação com o espaço escolar, pelo modo como esse próprio espaço cria condições de aprendizagem, ou melhor, tantas vezes não as cria.

A observação é um dos procedimentos mais utilizados em pesquisa do gênero, pois possibilita o mais elevado grau de precisão através dos dados a coletados. Este método permitiu –nos entrar em contato direto com o processo de ensino e aprendizagem de língua portuguesa e todos seus componentes.

É evidente que as dificuldades advindas da linguagem são responsáveis pelo contato pouco frequente e produtivo do estudante com a leitura de livros literários. Mas muitos outros fatores também explicam o desinteresse ou afastamento do estudante em relação à leitura.

O baixo poder aquisitivo da população, questão já tratada anteriormente, pois dificulta a compra direta dos livros; a falta de bibliotecas escolares ou públicas bem-estruturadas e com rico acervo; a falta de um posicionamento claro de alguns professores quanto ao prazer e a importância de ler; as práticas convencionais de leitura, pouco voltadas à interação e muitas vezes restritas a uma prova - tudo isso desestimula ou dificulta o envolvimento com a leitura.

Entrevistaram-se (05) cinco professores de Língua Portuguesa atuantes no ensino de nível médio, respondendo às 10 (dez) questões propostas. Conferiram-se a idade, a formação universitária, o curso de especialização, o conhecimento técnico sobre as dimensões da disciplina de Língua Portuguesa, qual a metodologia aplicada ao ensinar gramática e outras referentes à gramática normativa e descritiva.

#### Questão 1: Idade

Todos os professores entrevistados apresentam idade acima de 35 anos, ou seja, 100%, o que não difere dos dados apresentados no cenário nacional. Com esses dados, torna-se preocupante o futuro do magistério: que destino terá os cursos de licenciatura? Quem substituirá os professores em exercício? Hoje a Secretaria de Educação de Goiás já se depara

com situações conflituosas ao necessitar da liberação de qualquer tipo de licença, seja ela prêmio, por interesse de saúde e até mesmo particular, pois não há profissionais habilitados para substituírem os professores efetivos.

Questão 2: Sobre sua formação universitária:

Dos entrevistados, 64 % responderam que são licenciados em língua portuguesa pela rede pública (UEG); 36% não são formados em língua portuguesa e sim em outras disciplinas, mas ministram aulas de português pela grande demanda de professor habilitado na área de sua formação. Isso gera um transtorno, pois o profissional que passa anos estudando determinada disciplina precisa estar constantemente reciclando, buscando atualizar-se para ministrar aulas com segurança. A existência de profissionais que ministram aulas sem licenciatura específica na área comprova o grande descaso com a educação no tocante a garantia da qualidade.

Questão 3: O curso foi concluído? Se sim, quando?

100% declararam que concluíram o curso entre 2001 e 2010. Percebe-se nas respostas dos professores que estes estão conscientes de que necessitam investir em sua formação continuada, vislumbrando a possibilidade de ampliar e alterar de maneira crítica as práticas que desenvolve.

Contudo, o que se pretende mostrar é a necessidade de capacitação profissional, através da formação continuada, como instrumento capaz de facilitar a atuação profissional cotidianamente, através da sistematização, compreensão e reflexibilidade crítica sobre sua prática num processo permanente de construção e reconstrução de suas ações e de sua identidade docente.

Questão 4: Possui algum tipo de especialização?

Quantidade significativa possui especialização, sendo o percentual de 46% na área educacional, até mesmo por 94% atuarem na educação há mais de 10 anos e por almejarem uma aposentadoria com numerários maiores. Os professores, atualmente, buscam especialização por necessidade, procuram construir caminhos que vislumbrem as exigências associadas ao perfil do profissional que pretende atender as necessidades de sua clientela.

Questão 5: Há quantos anos está no magistério?

100% dos entrevistados responderam que estão na área há mais de 10 anos e que o ingresso no magistério significou muito para eles. A profissão é vista como oportunidade de prosseguir os estudos, ascendendo a graus mais elevados de formação, conforme revelam os professores entrevistados.

Questão 6: Você costuma trabalhar que tipo de gramática?

Ao questionar qual (is) metodologia (s) usa(m) para abordar a gramática em sala de aula, 93% disse utilizar a gramática normativa, 7% alegou utilizar à gramática numa abordagem contextualizada, partindo da interpretação de textos diversos, a fim de mostrar a função exercida pela palavra dentro de um contexto. Apesar de a minoria afirmar trabalhar com a abordagem contextualizada, percebe-se que algumas respostas ficaram contraditórias, incompletas ou não adequadas à pergunta feita.

Questão 7: Para você o que é gramática?

82% dos professores entrevistados afirmam que a gramática significa um conjunto de regras da língua. Regras que podem ser entendidas de várias maneiras, dependendo de sua forma, sendo essas: normativa, descritiva e internalizada. A minoria com a representação numérica de 18% opta em descrever a gramática como um ramo da linguística que tem por objetivo estudar a forma, a composição e a inter-relação das palavras dentro da frase, bem assim o seu uso apropriado ou correto uso.

Questão 8: Por que você acha importante ensinar gramática?

É evidente que a ideia de inserir o ensino de gramática ao contexto, através de construção e de produção de textos, tanto orais como escritos, no intuito de relacionar a teoria com a prática não é considerada, pois 22% dos professores entrevistados acreditam que a gramática é a organização do fluxo verbal dos falantes, é a garantia de dizer aquilo que se pensa. A prática do ensino de Gramática exercida por professores do ensino de Ensino Médio tem como função estudar a gramática como ato essencial para compreender a língua que se fala, com o objetivo de falar bem, ouvir bem e escrever bem, somando 68% dos professores. 10% dos professores acreditam que a gramática serve para preparar o aluno para alcançar êxito em um exame avaliativo, no qual maior parte das vezes os exercícios ocorrem com a proposta de denominar categorias gramaticais e análise sintática.

Questão 9: Considerando as dimensões da disciplina Língua Portuguesa no Ensino Médio, o que você acha mais importante: gramática, literatura ou produção de texto? Por quê?

8% dos professores priorizaram a literatura. 28% afirmaram achar importante a prática de produção de texto e 64% concluíram que todas as disciplinas merecem a mesma atenção, pois acredita-se num ensino de língua e não de fragmentações. Logo, para um bom desempenho, é preciso que eles estejam interligados. Somando então 100% da opinião dos entrevistados.

Questão 10: Quanto ao ensino de gramática:

Sobre o ensino da gramática, 62% demonstraram conhecimento teórico, defendendo a existência da gramática normativa, descritiva e internalizada. Outros 26% dos professores alegaram que utilizam a gramática para que os alunos possam obter melhor desempenho no processo de comunicação, expressão e compreensão. 12% acreditam que a gramática é importante na produção de texto, pois estimula os alunos a desenvolverem suas habilidades de criação.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho monográfico teve como objetivo discorrer sobre as gramáticas normativa e descritiva numa perspectiva histórico-funcional, com a finalidade de compreender o campo da linguagem oral, da leitura e da escrita para saber entender as diferenças entre as mesmas, conhecer a história desde o nascimento da gramática até a atualidade e entender o processo de evolução que alcançou o prestígio da gramática normativa e, conseqüentemente, estabeleceu um referencial consistente de elaboração de livros didáticos, manuais, status sociais e preconceitos linguísticos.

Dessa forma, constatou-se que há uma tendência dos manuais de gramática normativa a verem e apresentarem os fatos da língua como definitivos, ou seja, como não passíveis de alteração. E, portanto, há uma tendência dos professores de incorporarem esta visão das coisas e além do mais de explorarem o conteúdo desses manuais de forma fragmentada e arbitrária (cf. Neder, 1992: 48) o que sem dúvida é outra razão do problema a que aludimos de rejeição do Português como disciplina, sobretudo no que diz respeito ao ensino de gramática.

De acordo com Travaglia, o uso da norma culta não é o único parâmetro de qualidade no uso da língua. É claro que o uso da norma culta sempre receberá um destaque especial nestas normas sociais de uso da língua, por razões não propriamente linguísticas, mas de prestígio social de natureza política, econômica e cultural, além de atender parâmetros de estética, comunicacionais, de tradição (o que leva a exigir, por exemplo, a concordância na voz passiva sintética que não existe mais no Português do Brasil atual), de nacionalidade (que leva a condenar estrangeirismos).

Por conseguinte, a gramática normativa tem uma natureza prescritiva e tradicionalmente uma face prescritiva que não aceitava o uso de formas que não fossem da norma culta porque as considerava desvios, degenerações da língua.

Hoje a prescrição tem um intuito mais amplo e a abolição não acontece pelo simples pertencimento de uma forma a uma dada variedade da língua. Dessa forma, ao se estudar gramática e ao seguir suas prescrições, tais questionamentos surgem, pois os alunos se deparam no ensino de Língua Portuguesa com um conjunto de regras e exceções e essas regras, muitas vezes, não condizem com as formas linguísticas utilizadas por eles.

As ideias aqui expostas objetivam uma reflexão sobre o “Ensino das Gramáticas”, uma vez que o objetivo, neste trabalho, não é o de desenvolver um trabalho exaustivo a respeito do tema, mas sim apresentar algumas considerações a respeito do ensino da gramática normativa aliado à gramática descritiva.

Portanto, a gramática é um mecanismo mais do que fazem supor atividades de ensino de gramática, baseadas numa visão estreita e redutora do que ela seja. Eternizam-se em exercícios que só têm a ver com segmentação de elementos linguísticos (análise morfológica e sintática), levantamento de traços de algumas classes e categorias, classificações e nomenclatura. O professor deve sempre explorar a riqueza e a variedade dos recursos linguísticos em atividades de ensino gramatical que se relacionem diretamente com o uso desses mesmos recursos para a produção e compreensão de textos em situações de interação comunicativa.

Espera-se que o presente trabalho possa contribuir para que o professor de Português passe a ver a gramática em aulas de língua materna e de Língua Portuguesa. Que o professor perceba que não é possível produzir ou entender qualquer texto (desde os constituídos de uma só palavra até os representados por volumes inteiros de livros) sem que se saiba gramática, sem que se use a gramática de uma língua. A gramática não é, pois, algo que se possa abandonar no ensino de qualquer língua (materna ou estrangeira) porque a gramática, vista como se apresenta aqui e conforme afirma Franchi (1987: 42), é a condição mesma da criatividade linguística nos processos comunicativos em geral.

Atentar-se a tudo que foi exposto no presente trabalho provavelmente possibilitará ao professor garantir a prática de um processo ensino aprendizagem mais significativo e pertinente com a gramática normativa, considerando a realidade da língua nas mais diversas situações de uso e funcionalidades. A competência comunicativa apreende tal proposta, uma vez que esta valoriza os diversos falares de forma contextualizada e funcional. Evidentemente que esta análise monográfica não se finda aqui, pelo contrario é um bom começo. A questão é complexa e exige muito estudo, muita pesquisa e empenho na tentativa de apresentar e viabilizar uma educação linguística que valorize todas as faces da língua num dado momento da comunicação. Por um ensino linguístico e não ensino de língua.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Irandé. Muito Além da Gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. Ed. Parábola, 2004.
- \_\_\_\_\_, Maria Irandé Costa Moraes. Muito além da gramática: por um ensino de gramática sem pedra no caminho. São Paulo, Ed. Parábola, 2007.
- BAGNO, Marcos. Dramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Loyola, 2000.
- \_\_\_\_\_, Marcos. Preconceito lingüístico: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1997.
- BECHARA, Evanildo. Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade? 12ª ed. São Paulo: Ática, 2002, p. 50).
- BRAGA, Naro. L. (Orgs.) Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.
- CUNHA, Celso; Cintra, Luís F. Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- LUFT, Celso Pedro. Língua e liberdade. 5ª ed. São Paulo: Atica 1997.
- MATTOSO CAMARA JR, Joaquim Estrutura da Língua Portuguesa. Petrópolis: Vozes, 2004; p.11.
- NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. (In: MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, 2003, p. 15)
- NEVES, Maria Helena de Moura. A Gramática Funcional. São Paulo, 1997.
- \_\_\_\_\_, Maria Helena de Moura. A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2005.
- PAROLIN, I. C. H. Família e Escola: Instituições Parceiras. Temas em Educação II. Jornadas 2003. São Paulo: Futuro Congresso e Eventos Ltda, 2003.
- POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas, SP: ALB: Mercado de Letras, 1996. Coleção Leituras no Brasil.
- TIBA, I. Disciplina, limite na medida certa. São Paulo: Gente, 1996.
- \_\_\_\_\_, I. Quem ama, educa. São Paulo: Gente, 2002.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE POSSE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - MONOGRAFIA

Curso: Letras/Português- Inglês

Questionário aplicado aos alunos

Dados socioeconômicos:

**1. Qual sua idade?**

- entre 15 a 17
- entre 18 a 20
- acima de 20
- acima de 30

**2. Qual é o grau de escolaridade do pai ou da mãe?**

- 1º grau incompleto
- 1º grau completo
- 2º grau completo
- possui curso superior

**3. Qual é a renda da família?**

- de 1 a 2 salários mínimos
- de 3 a 5 salários mínimos
- de 5 a 7 salários mínimos
- Não possui renda ou não quis comentar

**4. Em sua opinião o que deve ser mais valorizado nas aulas de Língua Portuguesa?**

- somente aulas de gramática
- somente aulas de literatura
- somente aulas de redação
- nenhuma das anteriores
- todas as anteriores

**Sobre o ensino da gramática na escola:**

**5. O que você mais estuda em gramática?**

- semântica (atribuir significado)
- fonética (sons das palavras)
- morfologia (forma /estrutura)
- sintaxe (funções das palavras)
- não sei responder

**6. Você conhece outras gramáticas?**

- sim
- não

**7. As aulas de gramática geralmente se desenvolvem de que forma?**

- a gramática é apresentada a partir de textos
- o professor explica a parte teórica e faz a fixação com exercícios
- o professor apresenta a gramática de acordo com o livro didático
- o professor faz decorar

**8. O que é mais valorizado no ensino de gramática?**

- as regras (formalidade)
- a competência comunicativa (saber falar bem)
- escrever adequadamente
- não sei

**9. Como seria para você uma aula ideal de gramática?**

- ( ) aulas expositivas com o apoio do livro didático
- ( ) leitura e gramática
- ( ) explorar a gramática do texto e depois fixar através de exercícios
- ( ) estudar a gramática com regras implícitas em um contexto

**10. O conhecimento de gramática é explorado de que forma?**

- ( ) É explorado como fim em si mesmo pelo estudo descontextualizado.
- ( ) É explorado dentro de um contexto pelo estudo contextualizado.
- ( ) É explorado de forma imposta aos alunos
- ( ) não sei



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE POSSE**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - MONOGRAFIA**  
**Curso: Letras/Português- Inglês**

**Questionário aplicado aos professores**

**Dados pessoais:**

**1. Idade**

- entre 20 a 25 anos
- entre 25 a 30 anos
- entre 30 a 35 anos
- acima de 35 anos

**2. Sobre sua formação universitária:**

- licenciatura regular e público
- licenciatura regular e particular
- licenciatura parcelada e pública
- licenciatura à distância
- não tem curso superior na área

**3. O curso foi concluído? Se sim, quando?**

- sim, entre 1980 a 1990
- sim, entre 1990 a 2001
- sim, entre 2001 a 2010
- não conclui
- nenhum das alternativas

**4. Possui algum tipo de especialização?**

- pós - graduação
- mestrado
- doutorado
- não tenho nenhuma especialização

**5. Há quantos anos está no magistério?**

- menos de 5 anos
- mais de 5 anos
- mais de 10 anos
- mais de 20 anos

**6. Você costuma trabalhar que tipo de gramática?**

- somente a normativa
- normativa, descritiva e comparativa
- normativa, descritiva, comparativa e histórica
- não quis ou não soube responder

**Sobre ensino de gramática:**

**7. Para você o que é gramática?**

- É ramo da Linguística que tem por objetivo estudar a forma, a composição e a inter-relação das palavras dentro da oração ou da frase, bem assim o seu apropriado ou correto uso.
- é o conjunto de regras individuais usadas para um determinado uso de uma língua, não necessariamente o que se entende por seu uso "correto".
- gramática significa “conjunto de regras” da língua. Regras que podem ser entendidas de várias maneiras dependendo de sua forma. Sendo essas, normativa, descritiva e internalizada.

**8. Por que você acha importante ensinar gramática?**

- A gramática é a organização do nosso fluxo verbal, é a nossa garantia de dizermos aquilo que pensamos.

( ) Não é possível interpretar texto sem conhecer a organização da linguagem, ou seja, a gramática de uma língua.

( ) A Gramática é o exercício de observação da língua

( ) Estudar gramática é um ato essencial para compreender a língua que falamos, para compreender e aprender outras línguas, para falar bem, ouvir bem, escrever bem e ler bem.

**9. Considerando as dimensões da disciplina Língua Portuguesa no Ensino Médio o que você acha mais importante: gramática, literatura ou produção de texto? Por quê?**

( ) gramática, porque ela é a base de tudo.

( ) literatura, pois através dela entramos em contato com o mundo e com a história.

( ) produção de texto, pois estimula o aluno a desenvolver sua habilidade de criação.

( ) um misto de todos os tópicos, pois para um bom desempenho de cada um deles é preciso que os mesmos estejam interligados.

**10. Quanto ao ensino de gramática:**

( ) ela deve ser trabalhada somente na escola

( ) o professor deve trabalhar com textos de tipologias variadas e adequados às diferentes situações que estejam sendo vivenciadas pelos alunos.

( ) não deve permanecer na base da regra pela regra, explicada e exercitada com palavras e frases soltas.

( ) a gramática é, propiciar e conduzir a reflexão sobre o funcionamento da linguagem, e de uma maneira óbvia, ou seja, indo pelo uso linguístico, para chegar aos resultados de sentido.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE POSSE  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - MONOGRAFIA**

**Curso: Letras/Português- Inglês**

---

**FICHA DE CONTROLE E FREQUÊNCIA**

**Declaração da entrega das Atividades propostas no Regulamento**

**Projeto de Monografia**

**Monografia**

Declaro que os (as) alunos (as) Anádia Binda, Áurea da Silva Almeida e Luciana Evelin Inácio Alvim de Rezende Fraga realizaram, cumprindo os prazos, a atividade acima assinalada da Monografia, estando apto a depositá-la, conforme previsto no regulamento na seguinte situação:

- concluída e finalizada (redigida e digitada).
- em fase de conclusão (indicar o que esta faltando).
- em fase de elaboração (indicar o estágio em que se encontra).
- realizou a Monografia passo a passo, conforme a orientação do orientador.
- não realizou a Monografia passo a passo, conforme a orientação do orientador.
- trouxe a Monografia finalizada sem o conhecimento do orientador.

OBSERVAÇÃO:

---

---

Posse, 23 de novembro de 2011.

---

Orientador(a)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE POSSE  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - MONOGRAFIA

**D E C L A R A Ç Ã O de REVISÃO ORTOGRÁFICA**

Eu, Natália Costa Resende Pacheco, professora de português, DECLARO que realizei a Revisão ortográfica completa da Monografia do Curso de Letras Português/Inglês dos (as) acadêmicos (as) Anadia Binda, Áurea da Silva Almeida e Luciana Evelin Inácio Alvim de Rezende Fraga, observando as recomendações da NGB do ponto de vista ortográfico, morfológico, sintático, semântico, principalmente coesão e coerência no *corpus* do texto.

Para efeito de documento, firmo a presente declaração.

Posse, 23 de novembro de 2011.

---

Professor(a)

Professora: Natália Costa Resende Pacheco

Endereço: Rua: Antônio Vieira de Brito, Quadra 56, Lote 01

Bairro: Setor Santo Luzia, Posse- Goiás. CEP 93700-000

Telefone fixo: (62) 3481- 1059

Cel.: (62) 9906-9552



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE POSSE  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - MONOGRAFIA

**DECLARAÇÃO dos DISCENTES**

---

Declaro para fins documentais que nossa Monografia apresentada ao Curso de Letras Português/Inglês da Unidade Universitária de Posse – GO. É original, e não se trata de plágio; não havendo, portanto, cópias de partes, capítulos ou artigos de nenhum outro trabalho já defendido e publicado no Brasil ou o exterior. Caso ocorra plágio, estamos cientes de que seremos reprovados (as) na Disciplina Monografia.

Por ser verdadeira, firmamos esta declaração.

Posse, 23 de novembro de 2011.

---

Anádia Binda

---

Áurea da Silva Almeida

---

Luciana Evelin Inácio Alvim de Rezende Fraga

Acadêmicos